

PROTEÇÃO AO PANTANAL

Lei do Pantanal é sancionada para garantir conservação do bioma

Medida prevê regras para cultivo agrícola e produção agropecuária

21 de dezembro de 2023

Luciano Nascimento, da Agência Brasil

5 min. de leitura

A- A+



Foto: Leandro de Almeida Luciano | Wikimedia Commons

O governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, sancionou a Lei do Pantanal, voltada para promover a conservação, proteção, restauração e exploração sustentável do bioma. A legislação, sancionada ontem (18), em Campo Grande, foi elaborada em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e prevê, entre outros pontos, regras para o cultivo agrícola, a produção pecuária e um fundo para programas de pagamentos por serviços ambientais.

A nova lei terá duração de 60 dias, após sua publicação. Com ela o Pantanal fica reconhecido como prioritário para compensação ambiental e de reserva legal. A legislação determina ainda que em propriedades rurais será necessário preservar 50% da área com formações florestais e de Cerrado. Nos locais com formações campestres, o percentual será de 40%.

A autorização para supressão da vegetação nativa dependerá da inscrição e aprovação do Cadastro Ambiental Rural, da inexistência de infrações ambientais nos últimos três anos e da aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental para conversões acima de 500 hectares, entre outros.

Cultivos agrícolas exóticos como soja e cana-de-açúcar ficarão vedados, salvo para subsistência e sem fins comerciais. Os cultivos já existentes não poderão ser expandidos.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, disse na ocasião, que a lei facilitará a preservação dos biomas do Pantanal e do Cerrado para ajudar o desenvolvimento sustentável.

“Podemos ser ao mesmo tempo uma potência hídrica, uma potência agrícola, uma potência florestal, gerar emprego e renda”, afirmou a ministra. “Estamos abrindo um portal para que o Brasil seja ao mesmo tempo um país economicamente próspero, socialmente justo, mas também ambientalmente sustentável”.

A legislação também determina a proibição do confinamento bovino, exceto para criações já existentes e situações excepcionais em períodos de cheia ou emergência ambiental.

Desde que a preservação não seja prejudicada, poderá haver autorização para pastoreio extensivo das Áreas de Proteção Permanente de rios, corixos, salinas e baías e em áreas de Reserva Legal.

“Novos empreendimentos de carvoaria também não serão autorizados, assim como a construção de diques, drenos, barragens e outras alterações no regime hidrológico, além de pequenas centrais hidrelétricas. Haverá proibições a espécies exóticas de fauna”, disse o MMA.

Segundo o MMA, a lei prevê também a criação de um fundo estadual, o Fundo Clima Pantanal, para programas de pagamento por serviços ambientais. A prioridade será para a proteção e recuperação de nascentes e da cobertura vegetal em áreas degradadas e de importância para a formação de corredores ecológicos.

Os recursos para o fundo virão de multas ambientais pagas para o Estado, entre outras fontes. A estimativa do governo de Mato Grosso do Sul é que o aporte seja de R\$ 50 milhões em 2024.

“Nós talvez estejamos dando o exemplo de contribuir não só com o Mato Grosso do Sul, mas com todo o planeta, porque este é um bioma único”, discursou Riedel. “A ciência balizou toda a nossa discussão, vários pesquisadores estiveram envolvidos. Quando tivermos dúvidas, vamos recorrer à ela”, disse o governador.

Projeto

De 2016 a 2022 o desmatamento no Pantanal sul-mato-grossense foi 3.517 quilômetros quadrados (km²), crescimento de 25,4% em comparação com os 2.622 km² registrados de 2009 a 2015, segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em nota técnica, o MMA constatou que os critérios até então adotados por Mato Grosso do Sul para autorizar a supressão da vegetação nativa não estavam de acordo com o artigo 10 do Código Florestal. A nota recomendou a regulamentação do artigo e a conservação e o uso sustentável do Pantanal, além de medidas para suspender os efeitos das normas do Estado.

Em agosto, o governador suspendeu as licenças e autorizações para supressão vegetal na região e buscou uma solução conjunta com o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Um grupo de trabalho foi criado com representantes de MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ICMBio e governo do Estado para elaborar o anteprojeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa e aprovado, na semana passada, por 23 votos favoráveis e um contra.

Fonte: [Um Só Planeta](#)

São Paulo - Lisboa

R\$ 3.665

RESERVE AGORA

São Paulo - Miami

R\$ 2.216

R

São Paulo - Recife

São Paulo - Santia

Gratidão por estar conosco! Você acabou de ler uma matéria em defesa dos animais. São matérias como esta que formam consciência e novas atitudes. O jornalismo profissional e comprometido da ANDA é livre, autônomo, independente, gratuito e acessível a todos. Mas precisamos da contribuição, dos nossos leitores para dar continuidade a este imenso trabalho pelos animais e pelo planeta.

Faça uma doação

[Comunicar erro](#)

COMENTÁRIOS

0 comentários

Classificar por **Mais antigos**



Adicione um comentário...



[Plugin de comentários do Facebook](#)

VOCÊ VIU?

ESPÉCIES EM RISCO

QUEIMADAS

Desmatamento e pecuária ameaçam espécies de preguiça da Mata Atlântica

Incêndios sucessivos deixam animais em perigo no Pantanal

HIBERNAÇÃO

AVANÇO

Como o aquecimento global está tirando o sono de morcegos

Primeiro bimestre de 2024 registra menor desmatamento em seis anos na Amazônia



IR PARA O TOPO

SOBRE A ANDA

[Apresentação](#)

[Princípios](#)

[Vídeo Institucional](#)

[Depoimentos](#)

[Glossário](#)

[Equipe](#)

CONTEÚDO

[Notícias](#)

[Artigos](#)

[Destaques](#)

[Entrevistas](#)

[De olho no planeta](#)

[Videos](#)

[Ética Animal](#)

[Você é o Repórter](#)

[Histórias Felizes](#)

[Receitas Veganas](#)

COLABORE

[Defensores ANDA](#)

[Doações](#)

[Saiba como colaborar](#)

[Vitrine Ética](#)

[Divulgue a ANDA](#)

[Parceiros](#)

[Contato](#)

[Guias para download](#)

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

[POLÍTICA DE COOKIES](#)

[CONTATO](#)

faleconosco@anda.jor.br

[CRIAÇÃO](#)

Dokoro

[DESENVOLVIMENTO](#)

Felipe Saldanha

[ONDE ESTAMOS](#)



© 2008–2024 ANDA - Agência de Notícias de Direitos Animais

A ANDA faz parte da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD)

Silvana Andrade, presidente da ANDA, é conselheira da UNESCO SOST Transcriativa e membra do Fórum Global de Segurança Alimentar e Nutrição